



Assembleia da República  
Divisão de Apoio às Comissões  
Comissão de Orçamento e Finanças  
Entrada: 17/02/2023  
Discussão e votação a: 01/03/2023  
Resultado:  
Audição CFP - Aprovado por unanimidade  
Audição DGTf substituída por SE das  
Finanças - Rejeitada  
Favor: PSD, CH, IL, PCP, L  
Contra: PS  
Ausência: BE e PAN

Exmo. Senhor  
Deputado Filipe Neto brandão  
M.I. Presidente da Comissão Parlamentar de  
Orçamento e Finanças

**Assunto:** Pedido de audição em comissão do Conselho de Finanças Públicas e da Direção Geral do Tesouro e Finanças

Exmo. Senhor Presidente,

Foi publicado no dia 16 de fevereiro de 2023 o Relatório n.º02-2023 do Conselho de Finanças Públicas, relativamente à análise da prestação de contas do Setor Empresarial do Estado (SEE) para o período de 2020-2021. Nesse relatório, o Conselho de Finanças Públicas menciona alguns factos que merecem a nossa atenção e merecem, inclusivamente, ser alvo de discussão mais aprofundada, neste caso, por via de audições a decorrer em sede da Comissão.

Desde logo, destacam-se informações sobre o facto de apenas 79 das 148 empresas com obrigações de reporte terem sido aprovadas pela tutela, ou ainda a existência de dados financeiros preocupantes que demonstram que um terço das empresas do setor não financeiro se encontra em insolvência e que tiveram resultados líquidos negativos de 3,1 mil milhões de euros. A isto junta-se ainda o aumento do esforço financeiro líquido do Estado, no setor empresarial do Estado, em mil milhões de euros.

Estes factos não devem ser desvalorizados e, independentemente das interpretações que possam vir a ser feitas sobre os mesmos, consideramos ser da maior relevância o debate com as entidades conhecedoras da realidade do Setor Empresarial do Estado, como forma a garantir o cumprimento dos deveres de prestação de contas e transparência para com a Assembleia da República e, consequentemente, com os contribuintes, que são os financiadores deste Setor.



Para prestar esclarecimentos relativamente a estes e outros factos apontados no relatório, consideramos de particular importância a presença do Conselho de Finanças Públicas, enquanto autores do relatório em apreço, e da representação da Direção Geral do Tesouro e Finanças, enquanto entidade representante do acionista Estado, direta e indiretamente, na larga maioria das empresas que compõe o Setor Empresarial do Estado.

Nestes termos, pelos motivos acima expostos e pelo cumprimento do dever de transparência e prestação de contas, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, vêm requerer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão de Orçamento e Finanças promova uma audição com os representantes das seguintes entidades:

- Conselho das Finanças Públicas
- Direção Geral do Tesouro e Finanças

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2023

Os Deputados da Iniciativa Liberal

João Cotrim de Figueiredo

Carlos Guimarães Pinto

Bernardo Blanco

Carla Castro

Joana Cordeiro

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha